

Luiz Antonio Scavone Junior

ARBITRAGEM

MEDIAÇÃO,
CONCILIAÇÃO
E NEGOCIAÇÃO

9^a
edição

revista,
atualizada e
ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Até a 8ª edição, esta obra foi publicada com título *Manual de Arbitragem - Mediação e conciliação*.
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 09.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S315a

Scavone Junior, Luiz Antonio

Arbitragem: mediação, conciliação e negociação / Luiz Antonio Scavone Junior. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8425-0

1. Arbitragem e sentença – Brasil. 2. Negociação – Brasil. 3. Mediação – Brasil. 4. Conciliação (Processo civil) – Brasil. I. Título.

18-54119

CDU: 347.918(81)

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	
I. ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM.....	1
1. Conceito de arbitragem – jurisdição	1
2. Arbitragem, mediação e conciliação	9
3. Normas de direito material aplicáveis à solução do conflito pela via arbitral.....	10
4. Limite geral imposto à possibilidade de solução arbitral	13
4.1 Direitos patrimoniais disponíveis	16
5. Espécies de arbitragem: institucional e avulsa	20
6. Arbitragem e sua constitucionalidade	21
7. Outros limites impostos à possibilidade de solução arbitral dos conflitos ...	24
7.1 Arbitragem e relação de consumo	24
7.2 Arbitragem e contratos de adesão.....	30
7.3 Arbitragem e direito do trabalho	38
7.4 Arbitragem e locação de imóveis urbanos	51
7.5 Arbitragem e Administração Pública – Direito Administrativo.....	54
7.6 Arbitragem, contratos societários e estatutos associativos	62
7.7 Falência e recuperação judicial do demandante e arbitragem	68
7.7.1 Falência.....	68
7.7.2 Recuperação judicial.....	70
7.8 Condomínio edilício e arbitragem.....	73
Quadro sinótico.....	77
II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	85
1. Obrigatoriedade da arbitragem.....	85
1.1 Cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro.....	87
1.2 A obrigatoriedade da arbitragem e o contrato que configura título executivo.....	88

2.	Espécies de convenção de arbitragem	90
2.1	Cláusula arbitral ou cláusula compromissória	90
2.1.1	Cláusula arbitral cheia	91
2.1.2	Cláusula arbitral vazia – conceito e execução específica	93
2.2	Compromisso arbitral.....	96
3.	Requisitos do compromisso arbitral	97
4.	Autonomia da cláusula arbitral – competência-competência	102
	Quadro sinótico.....	112
III. ÁRBITROS.....		115
1.	Quem pode ser árbitro	115
2.	Poderes, deveres dos árbitros e sua equiparação aos funcionários públicos no exercício da função	118
2.1	Poderes conferidos aos árbitros.....	118
2.2	Deveres dos árbitros.....	119
2.2.1	A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos e suas consequências	121
3.	O significado da expressão legal “tribunal arbitral”	124
4.	Critérios para escolha dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral.....	126
5.	Impedimento do árbitro e sua arguição.....	128
5.1	Arguição de recusa do árbitro	132
6.	Impossibilidade de atuação do árbitro e sua substituição	133
7.	Número de árbitros e suplentes	135
	Quadro sinótico.....	136
IV. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....		141
1.	Normas de procedimento	141
1.1	Ata de missão	142
1.2	Princípios impositivos	144
1.3	Primeiras providências e tentativa de conciliação	147
1.4	Participação de advogado e representantes das partes.....	149
2.	Instituição da arbitragem e a interrupção da prescrição	150
3.	Arguição de incompetência, suspeição e impedimento do árbitro e arguição de nulidade da cláusula arbitral	154
3.1	Momento da alegação.....	158

3.2 Impedimento ou suspeição do árbitro.....	160
3.3 Nulidade da convenção de arbitragem e incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral	162
4. Relação de coordenação entre a arbitragem e o Poder Judiciário – cartas arbitrais	164
5. Produção de provas	167
5.1 Depoimentos das testemunhas, interrogatório das partes e confissão...	168
5.1.1 Interrogatório, depoimento das partes e confissão.....	169
5.1.2 Depoimento das testemunhas	171
6. Tutelas provisórias de urgência e de evidência	173
6.1 Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada incidentais.....	174
6.2 Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada antecedentes	176
6.3 Tutelas de evidência	178
6.4 Jurisprudência.....	179
7. Pedido contraposto.....	181
8. Revelia	182
9. Comunicação dos atos	183
10. Despesas com a arbitragem	185
11. Intervenção de terceiros.....	185
Quadro sinótico.....	188
V. SENTENÇA ARBITRAL.....	195
1. Características da sentença arbitral e seu cumprimento	195
1.1 Natureza do provimento, liquidez e execução.....	198
1.2 Cumprimento espontâneo e procedimento de cumprimento judicial da sentença arbitral	202
1.2.1 Citação.....	205
1.2.2 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa – momento da exigibilidade da multa e dos honorários previstos	206
1.2.3 Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar bens móveis ou imóveis, fazer e não fazer	208
2. Prazo para emissão da sentença arbitral.....	211
3. <i>Quorum</i> para a sentença no caso de tribunal arbitral.....	213

4. Requisitos da sentença	214
5. Acordo e sentença homologatória no curso da arbitragem	215
6. Comunicação e pedido de esclarecimento (“embargos de declaração”)	218
7. Nulidade da sentença arbitral	221
8. Ação anulatória da sentença arbitral.....	235
8.1 Procedimento.....	238
8.2 Impugnação da execução e seus efeitos.....	243
9. Sentença arbitral que não decide todo o litígio	246
Quadro sinótico.....	247
VI. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	253
1. A sentença arbitral e a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça	253
2. Procedimento de homologação	257
3. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação	259
Quadro sinótico.....	268
VII. NEGOCIAÇÃO	271
1. Conceito	271
2. As fases da negociação	273
3. Pontos fundamentais da negociação	274
3.1 Identificação do objeto do conflito e o objetivo das partes	274
3.2. Identificação da motivação e da intenção das partes	275
3.3. Entre na negociação munido de mais de uma possibilidade de desfecho	275
3.4. Domine o prognóstico tanto quanto possível.....	275
4. “Rapport”	276
Quadro sinótico.....	278
VIII. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	281
1. Conceito de mediação e de conciliação	281
1.1 Centros judiciais de solução consensual de demandas	283
2. Princípios impositivos da mediação e da conciliação e a confidencialidade... ..	283
3. Mediadores e conciliadores	287
3.1 O conciliador	287

3.2 O mediador	288
3.3 Cadastro de conciliadores e mediadores judiciais e câmaras de conciliação...	289
3.4 Impedimentos.....	290
3.5 Equiparação para fins penais.....	291
3.6 Exclusão.....	291
3.7 Pagamento.....	292
4. Conciliação judicial.....	292
5. Regras gerais do procedimento de mediação (Lei 13.140/2015, arts. 14 a 20).....	294
5.1 Instituição do procedimento de mediação	294
5.2 Reuniões	296
5.3 Recusa, impedimento ou suspeição do mediador e do conciliador e dever de revelação – as consequências do descumprimento do dever de revelação.....	296
5.4 Mediação e conciliação no curso do procedimento judicial ou arbitral	298
5.5 Advogado	298
5.6 Termo final de mediação e de conciliação e natureza do título no caso de transação	300
6. Peculiaridades da mediação/conciliação extrajudicial – a cláusula escalonada	301
7. Peculiaridades da mediação judicial	305
8. Mediação e conciliação no Direito Público.....	307
8.1 Conflitos envolvendo particulares e a União, os Estados e os Municípios	307
8.2 “Transação por adesão” nos conflitos envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	310
8.3 Controvérsia entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal	311
Quadro sinótico.....	313
BIBLIOGRAFIA.....	321
APÊNDICE.....	325
OBRAS DO AUTOR	337

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).